ISSN: 2358-8829

ENTRE POLÍTICAS E VIVÊNCIAS: OS SENTIDOS DE UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO PARA UM GRUPOS DE CRIANÇAS DO MORRO DOS MACACOS

Aline Rodrigues de Souza [1]

INTRODUÇÃO

As políticas públicas de esporte e lazer voltadas à inclusão social têm ocupado lugar de destaque nas ações direcionadas às populações residentes em territórios populares. Entre essas iniciativas, as Vilas Olímpicas, implementadas pela Prefeitura de Janeiro, foram concebidas com o propósito de ampliar o acesso ao esporte e lazer, promovendo inclusão social por meio de atividades esportivas destinadas, sobretudo a crianças e jovens. Embora essas políticas tenham sido amplamente justificadas por seus objetivos institucionais, ainda são escassos os estudos que investigam como as próprias crianças significam suas experiências nesses espaços.

Parte-se da compreensão de que as crianças são sujeitos sociais, produtoras de cultura e capazes de atribuir sentidos às suas experiências e aos espaços que frequentam. Nessa perspectiva, a infância é compreendida como uma construção social e histórica, distanciando-se de concepções universalizantes que tendem a invisibilizar as experiências de crianças que vivem em territórios de favela. Ao reconhecer essas crianças como atores sociais na produção de significados, busca-se deslocar o olhar de interpretações que reduzem à vulnerabilidade, ao risco ou carência, valorizando suas formas de existir, interpretar e ressignificar o mundo.

O interesse por essa investigação surgiu da atuação da pesquisadora como professora da Rede Municipal de Educação do rio de Janeiro, em uma Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) localizado na comunidade do Morro dos Macacos. No cotidiano escolar as narrativas das crianças sobre a Vila Olímpica (VO) eram recorrentes e revelavam que aquele espaço extrapolava sua função institucional, constituindo-se

[1] Professora de Educação Infantil da Secretaria da Educação do Munícipio do Rio de Janeiro. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, alinersped08@gmail.com.

como lugar de convivência, afetos e sociabilidade. A recorrência dessas narrativas despertou o interesse em compreender como um grupo de crianças do Morro dos Macacos significa suas vivências na VO e em que medida esses sentidos dialogam com a política pública de inclusão social que orienta esse equipamento.

Nessa direção, o território constitui uma dimensão central desta investigação, mais que espaço físico, compreende-se o território como uma linguagem imbuída de relações sociais, culturais e afetivas que constitui as experiências infantis. As vivências das crianças na VO são atravessadas pelas condições históricas, sociais e territoriais da favela, produzindo formas particulares de apropriação desse espaço e diferentes modos de significar a política pública. Assim, esta pesquisa busca compreender como essas experiências dialogam com as intencionalidades da política de inclusão social, sem pressupor que ambas coincidam, tomando como referência as narrativas produzidas pelas próprias crianças.

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é compreender como um grupo de crianças da favela atribui sentidos às suas vivências na VO do Morro dos Macacos, investigando de que maneira essas experiências dialogam com a política municipal de inclusão social desenvolvida nesse equipamento. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de observação participante, realizada entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, utilizando observações do cotidiano, registros em diário de campo, conversas gravadas em áudio e fotografias como procedimentos de produção dos dados. As narrativas das crianças constituem o principal material analítico da pesquisa, reafirmando a escuta infantil como princípio ético e metodológico para compreender os sentidos produzidos sobre essa política pública.

METODOLOGIA

Esta pesquisa[2] caracteriza-se como qualitativa, por buscar compreender sentidos produzidos pelas crianças acerca de suas vivências na VO localizada no Morro dos macacos, considerando a complexidade das experiências sociais construídas no cotidiano. Adotou-se a observação participante, uma vez que permite a inserção da pesquisadora

[2] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

no campo e o acompanhamento das interações, práticas e narrativas produzidas pelas crianças em seu contexto de vida.

A pesquisa de campo foi realizada entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, na VO, equipamento público da Secretaria de Esporte e Lazer localizado na Zona Norte do munícipio do Rio de Janeiro. Participaram do estucrianças matriculadas nas aulas de Muay Thai, cujas experiências e narrtaivas constituiram o principal material empírico da investigação.

A produção dos dados ocorreu por meio de observações do cotidiano, registros em diário de campo, conversas gravadas em áudio e fotografias. As conversas buscaram privilegiar a escuta das crianças, reconhecendo suas narrativas como fonte legítima para compreender os sentidos atribuídos à Vila Olímpica e à política pública de inclusão social. As fotografias foram utilizadas como recurso complementar para registrar aspectos do campo e subsidiar a análise das experiências observadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa fundamenta-se nos Estudos da Infância e na Sociologia da Infância, compreendendo a infância como uma construção social e histórica reconhecendo as crianças como sujeitos sociais, produtoras de cultura e conhecimentos. Nessa perspectiva, rompe-se com concepções universalizantes que tratam a infância como uma etapa homogênea do desenvlovimento, reconhecendo a pluralidade das experi|ências infantis e a participação das crianças na produção de conhecimento sobre os constextos em que vivem. Castro (2008; 2023) defende que as crianças participam ativamente da vida social interpretando e atribuindo significados às relações que estabelecem. Esse entendimento dialoga com Sarmento (2007), Arenhart (2016), Marchi (2015) e Rizzini (2022), autores que sustentam a compreensão das crianças como sujeitos de direitos e interlocutoras legítimas na produção do conhecimentos sobre as infâncias.

Ao Tratar das experiências infantis em territórios de favela, esta investigação considera que tais experiências são atravessadas por desigualdades sociais, raciais e territoriais, sem que isso determine, de forma homogênea, os modos de viver a infância. A expressão “crianças da favela”, refere-se as condições históricas e territoriais que atravessam suas experiências, sem transformá-las em categorias fixas ou estigmatizante. Como argumenta a própria pesquisa, interessa compreender essas crianças a partir de suas

singularidades e das diferentes formas pelas quais constroem relações, pertencimentos e significados em seus cotidianos.

O conceito de território constitui outra categoria central da pesquisa. Em diálogo com Santos (1999), compreende-se o território como o "chão mais a identidade", ultrapassando sua dimensão física e incorporando as relações sociais, históricas, culturais e afetivas que o constituem. Lopes (2022) amplia essa compreensão ao afirmar que a existência social se realiza nas relações produzidas no tempo e no espaço. Desse modo, as experiências das crianças na Vila Olímpica não podem ser compreendidas isoladamente do território em que vivem, uma vez que suas formas de circulação, pertencimento e apropriação desse equipamento são permanentemente atravessadas pelas condições da favela.

É nesse contexto que a produção de sentidos constitui uma categoria analítica importante nesta investigação. Parte-se da compreensão de que os sentidos não são previamente determinados pelas intenções formuladas pelas políticas públicas, mas produzidos nas relações que as crianças estabelecem com o território, com os outros sujeitos e com os espaços que frequentam. Assim, mais do que identificar se a política de inclusão alcança seus objetivos institucionais, interessa compreender como ela é vivida, interpretada e significada pelas próprias crianças. As narrativas infantis são entendidas como produções sociais que expressam experiências, afetos, negociações e formas singulares de compreender a VO, permitindo analisar os sentidos construídos a partir da experiência vivida.

Nessa perspectiva, a política pública deixa de ser compreendida apenas por sua formulação institucional e passa a ser analisada em diálogo com as experiências produzidas no cotidiano. Ao privilegiar as narrativas das crianças, a pesquisa desloca o foco da política como texto normativo para a política em sua dimensão vivida, evidenciando que compreender seus efeitos requer considerar as interpretações produzidas pelos sujeitos que dela participam. É nesse encontro entre política e experiência que se insere a análise desenvolvida neste estudo.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Entre a política formulada e o território vivido: os limites da inclusão social

A análise do trabalho de campo evidencia que a política pública de inclusão social desenvolvida pela VO não se concretiza de forma homogênea, mas é permanentemente atravessada pelas condições do território em que está inserida. Embora os documentos institucionais definam a VO como equipamento voltado à promoção do esporte, do lazer e do desenvolvimento integral de crianças e jovens, sua implementação ocorre em meio às dinâmicas sociais e territoriais que caracterizam o cotidiano da favela.

Durante o período da pesquisa, foram observadas situações em que confrontos armados, avisos de “toque de recolher”, chuvas intensas, falta de água e precariedade de infraestrutura interfiram diretamente na realização das atividades esportivas. Em uma dessas ocasiões, a aula de Muay Thai foi encerrada antes do horário previsto, pois muitos familiares alertaram por meio de mensagem de texto para o professor sobre possíveis confrontos na comunidade. Em outra situação, o educador orientou as crianças, “todo mundo vai pra casa”, evidenciando que o funcionamento cotidiano da política depende de condições que vão além de sua organização institucional.

Contudo tais limitações não anulam o significado atribuído pelas crianças à VO, mesmo diante da instabilidade provocada pela violência, algumas delas mantinham a frequência nas atividades sempre que possível, enquanto outras buscavam alternativas para garantir sua continuidade. Um exemplo emblemático foi a sugestão de Bernado para que cada criança levasse água de casa quando as aulas precisarem ser suspensas em razão de falta de abastecimento na comunidade. De modo semelhante, diante do encerramento antecipado das atividades por questões de segurança, as crianças reagiam em coro: “Nãooo...”, demonstrando o desejo de permanecer naquele espaço.

Outro aspecto que evidencia os limites concretos da política refere-se às condições materiais de participação. Ao afirmar que não frequentava as aulas de natação porque “não tinha maiô”, uma das crianças explicita que o acesso formal ao equipamento não garante, por si só, condições efetivas de participação. Essa situação reforça que políticas de inclusão social, quando implementadas de forma isolada, não eliminam desigualdades produzidas em outros âmbitos da vida social.

Esses achados indicam que a política pública não pode ser compreendida apenas por sua formulação institucional, para que ela se materialize depende das condições do

território, que condicionam o funcionamento do equipamento e produzem diferentes formas de participação. Assim, compreender a VO exige considerar a relação entre política pública, território e experiência vivida, deslocando o olhar da norma para as formas pelas quais ela se realiza no cotidiano.

2. A produção de sentidos pelas crianças sobre a Vila Olímpica

As narrativas produzidas pelas crianças revelam que a VO é significada para além de sua função institucional, um espaço destinado à prática esportiva. Em diferentes momentos da pesquisa, expressões como “maneiro’, “legal”, “calmo” e feliz aparecem de forma recorrente, indicando que as experiências vividas naquele espaço são atravessadas por dimensões afetivas, relacionais e de pertencimento. Quando uma das crianças afirma “eu me sinto calmo e feliz”, evidencia que a participação na VO envolve muito mais do que o aprendizado esportivo, constituindo-se como experiência significativa em seu cotidiano.

Outro aspecto recorrente refere-se ao desejo das crianças de permanecer naquele espaço, frases como “eu venho porque eu quero”, “eu boto no despertador”, referindo-se que ele coloca um alarme no celular para não perder o horário das aulas na VO, e “quando eu saio da escola, eu venho direto pra cá”, revelam que o desejo de participar das atividades, não decorre apenas da vontade de seus responsáveis, mas de escolhas e organizações realizadas pelas próprias crianças. Elas ajustam seus horários, combinam encontros com amigos e estruturam seus deslocamentos para garantir a presença nas atividades, revelando formas de participação ativa na construção de suas experiências.

O sentimento de pertencimento também se manifesta diante da possibilidade de interrupção das atividades. Quando Elton afirma: “amanhã tudo vai acabar”, demonstra que sua expectativa pelo encerramento temporário das aulas durante o recesso provoca tristeza. Desta forma, observou-se que as crianças produzem formas próprias de apropriação da política pública, sentidos que extrapolam os objetivos previstos nos documentos institucionais.

Nesse processo, destaca-se ainda o papel do professor de Muay Thai, pois sua trajetória como morador da comunidade, aliada à construção de vínculos de confiança, favorece uma relação pedagógica marcada pela escuta, cuidado e pelo reconhecimento das potencialidades das crianças. A atuação do educador ultrapassa o ensino da

modalidade esportiva, construindo-se como importante mediação na permanência das crianças na VO e na produção de sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender os sentidos atríbuidos por um grupo de cerianças do Morro dos Macacos às suas vivências na VO, considerando suas experiências e as relaçãoes estabelecidas com a política pública de inclusão por meio do esporte e lazer. E ao longo do percurso da pesquisa, foi possível compreender que as crianças não ocupam um papel passivo diante das políticas, mas produzem sentidos que ultrapassam os objetivos previstos em sua formulação.

As experiências observadas revelam que a VO representa um espaço de encontro, convivência, amizade, circulação e produção de afetos. As narrativas, especialmente quando uma criança afirma que naquele espaço e sente “calmo e feliz”, mostram que a participação nas atividades esportivas não se limita à aprendizagem de uma modalidade, mas envolve relações, acolhimento, pertencimento.

A materialização da política pública está diretamente relacionada às condições sociais e territoriais em que o equipamento está inserido. As situações de violência, as interrupções das atividades e as dificuldades de acesso a determinados recursos evidenciam que a oferta de um equipamento público, por si só, não garante condições permanentes e igualitárias de participação. Nesse sentido, a experiência das crianças revela limites existentes entre política formulada e as possibilidades concretas de sua realização no território.

Entretanto, é importante não reduzir as experiências dessas crianças às condições de desigualdade e às dificuldades vividas na favela. As observações e narrativas demonstram que elas constroem estratégias de circulação, estabelecem relações, negociam os usos dos espaços e produzem formas próprias de pertencimento e sociabilidade. Essas experiências questionam concepções homogeneizadoras da infância e interpretações que associam as crianças de territórios populares exclusivamente à vulnerabilidade, à dependência ou à carência.

Outro aspecto significativo diz respeito às relações estabelecidas com o educador, cuja trajetória e pertencimento ao território favorecem a construção de vínculos e possibilidades de identificação e escuta. Sua atuação evidencia a importância das relações

humanas na constituição das experiências vividas pelas crianças em equipamentos públicos.

Por fim, esta investigação reafirma a importância de reconhecer as crianças como interlocutoras legítimas na construção do conhecimento e na discussão das políticas públicas que atravessam suas vidas. Escutá-las não significa apenas registrar opiniões, mas considerar suas experiências, interpretações e formas de produzir sentidos como elementos fundamentais para compreender a realidade social. Nesse movimento, torna-se necessário pensar políticas públicas que não apenas seja destinada às crianças, mas que as considerem com suas vozes, desejos e ações.

Palavras-chave: Infância, Favela, Política Pública, Participação Infantil.

REFERÊNCIAS

ARENHART, Daniela. **Culturas infantis e desigualdades sociais: questões de geração e classe social em duas escolas cariocas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CASTRO, Lucia Rabello de. **Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens**. In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes (org.). Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2008. p. 21-42.

CASTRO, Lucia Rabello de. **Descolonização e direitos da criança: uma introdução. O Social da Questão**, n. 56, p. 1-28, maio/ago. 2023. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62276/62276.PDF. Acesso em: 7 jul. 2026.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Geografia da infância, justiça existencial e amorosidade espacial**. Revista de Educação Pública, v. 31, p. 1-13, jan./dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.29286/rep.v31ijan/dez.12405.

MARCHI, Rita de Cássia. **As crianças "de rua" como problema hermenêutico: a infância não reconhecida**. In: Infância: sociologia e sociedade. São Paulo: Edições Levana; Attar Editorial, 2015.

RIZZINI, Irene. **Crianças e adolescentes em situação de rua: sujeitos de direitos?** Serviço Social em Debate, v. 5, n. 1, 2022. DOI: https://doi.org/10.36704/ssd.v5i1.6324. Disponível em: https://doi.org/10.36704/ssd.v5i1.6324. Acesso em: 8 ago. 2025.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, Niterói, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360. Acesso em: 9 nov. 2026.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Visibilidade social e estudo da infância**. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). Infância (in)visível. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.